

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

ensino

professores

reflexão

educação

impacto

ensino

prática

sentimentos

aprender

alunos

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mostrar o mundo

contexto

educacional

teoria

compartilhar

sentir

crescimento



EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)

 **Atena**
Editora
Ano 2022

Volume II

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

professores

ensino

contexto

educacional

ensino

educa

impacto

aprender

prática

sentimentos

aprender

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Volume II

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática.
Volume II

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática. Volume II / Organizadoras Anaisa Alves de Moura, Márcia Cristiane Ferreira Mendes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0463-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.637221508>

1. Educação. I. Moura, Anaisa Alves de (Organizadora).
II. Mendes, Márcia Cristiane Ferreira (Organizadora). III.
Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editores
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

O segundo volume de “Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática”, organizado por Anaísa Alves de Moura e Márcia Cristiane Ferreira Mendes continua com sua principal característica pedagógica, já presente no primeiro volume, que é a provocação sobre as questões educacionais contemporâneas. Tal intenção, ganha novos ares, inclusive, nas clássicas discussões sobre interdisciplinaridade, tema este que tem aparecido na agenda educacional nacional e internacional de forma intensa desde a década de 1990. Se, à época, o foco de discussão da interdisciplinaridade era a organização do currículo e as dimensões pedagógicas do ensinar e do aprender, podemos dizer que hoje aparecem ainda outras virtudes para se pensar a educação a partir desse paradigma. A primeira virtude tem a ver com a necessidade de compreensão dos problemas educacionais, sob uma perspectiva social. Compreender os problemas numa sociedade complexa e contraditória como a nossa, requer um esforço sociológico, uma espécie de imaginação sociológica para compreender como a educação dialoga com tantas demandas e esforços. Obviamente, quando falo do esforço sociológico não me refiro à disciplina “Sociologia”, mas a uma espécie de abordagem de compreensão da dimensão social da educação, que necessariamente requer um diálogo entre campos de saberes distintos, que devem - justamente pelo próprio sentido do termo dialogar - reconhecer suas diferenças e buscar consensos analíticos. Sim, é importante ressaltar que a educação é também uma espécie de busca de consensos em meio à diversidade - seja ela epistemológica, social ou política. Nesse sentido, a busca pela análise interdisciplinar da educação não parece ser apenas uma escolha de quem analisa (a educadora ou o educador), mas uma necessidade social (ou até mesmo um “fato social”, como tão bem gostava de defender Émile Durkheim) dada por um mundo difícil de entender, e que não pode ser resumido a apenas uma face de compreensão.

O outro ponto, ou a segunda virtude, tem a ver com os temas clássicos de tratamento do debate interdisciplinar, ou seja, aquilo que em geral nós atribuímos como objeto central da Pedagogia. Nesse escopo caberiam as discussões sobre currículo, sobre as estratégias de didáticas, as formas de compreensão das relações entre estudantes, docentes e comunidade escolar e, por fim, as discussões ligadas à aprendizagem. Nesse campo, o livro organizado por Anaísa Moura e Márcia Mendes, também traz um leque amplo de desafios, de práticas educativas e de abordagens de compreensão. Há que se destacar que a atualização do campo interdisciplinar também nos desafia a perceber certas nuances, certas características do tempo presente. Este campo, portanto, requer reinvenção interpretativa, sempre motivado pelo desafio social da prática educativa, que revela sua dimensão contraditória, criativa e desafiadora. Entendo que as leitoras e os leitores deste livro, em seu segundo volume, encontrarão não só exemplos, mas, sobretudo, tentativas

enriquecedoras de interpretação interdisciplinar dos fenômenos educacionais apresentados por autoras e autores representantes das mais variadas abordagens epistemológicas.

Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO INCLUSIVO PARA A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DO CEARÁ: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE LIBRAS

Alano de Moraes Correia

Flávio Pimentel Cavalcante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215081>

CAPÍTULO 2..... 15

A ETNOGRAFIA EM CIBERESPAÇO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PROCESSO DE APRENDIZAGEM POR ALUNOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Carlos da Silva Cirino

Giovanna Barroca de Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215082>

CAPÍTULO 3..... 28

A INFLUÊNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NO APRENDIZADO EM DIFERENTES ETAPAS DA EDUCAÇÃO

Evaneide Dourado Martins

Láis Maria Pinheiro Madeira

Joselena Lira de Albuquerque

Adriana Pinto Martins

Katiane Carlos Cavalcante

Ricélia de Moraes Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215083>

CAPÍTULO 4..... 40

ABORDAGEM GRUPAL COM MULHERES: DIÁLOGOS POR MEIO DO CÍRCULO DE CULTURA

Sanayla Maria Albuquerque Queiroz

Viviane Oliveira Mendes Cavalcante

Silvinha de Sousa Vasconcelos Costa

Thatianna Silveira Dourado

Francisco Freitas Gurgel Júnior

Alessandra Ponte de Queiroz Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANATOMIA HUMANA E O ACESSO À COMUNIDADE ATRAVÉS DO PROJETO DE EXTENSÃO ANATOFERA

Karlla da Conceição Bezerra Brito Veras

Francisco Ricardo Miranda Pinto

Raiara Bezerra da Silva

José Otacílio Silveira Neto

Francisca Ariadina Anário dos Santos

Yllan Carlos da Silva Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215085>

CAPÍTULO 6..... 63

CONSULTORIA EM LACTAÇÃO NOS CUIDADOS DAS INTERCORRÊNCIAS NA AMAMENTAÇÃO

Lucicarla Soares da Silva Mendes
Rafaelli Dayse Meneses Moreno
Samara Janielle Alves Morais Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215086>

CAPÍTULO 7..... 74

DESAFIOS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Juliana Magalhães Linhares
Antonio Diego Dantas Cavalcante
Aline Alves Siridó
Thiago Mena Barreto Viana
Nayara Machado Melo
Amaury Floriano Portugal Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215087>

CAPÍTULO 8..... 86

DISCURSOS QUE SILENCIAM E CONSTITUEM-SE ENQUANTO SEGREGAÇÃO DE GÊNERO NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Michele Christiane Alves de Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215088>

CAPÍTULO 9..... 99

EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA: A GESTÃO ESCOLAR E O ENSINO REMOTO NUMA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA (2020-2021)

Tatiana de Medeiros Santos
Ascenilma Alencar Cardoso Marinho
Maria do Socorro Crispim Araújo Furtado Wanderley
Francineide Rodrigues Passos Rocha
Fabiana de Medeiros Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215089>

CAPÍTULO 10..... 113

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Teresa Helena Carlos Alves
Raila Souto Pinto Menezes
Francisco Freitas Gurgel Junior
Idia Nara de Sousa Veras
Francisca Júlia dos Santos Sousa
Karen Sabóia Aragão e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150810>

CAPÍTULO 11..... 123

ENSINO DA GESTÃO EM SAÚDE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ENFERMAGEM

Inês Élide Aguiar Bezerra
Maria Eliane Ramos
Manoelise Linhares Ferreira Gomes
Natália Iara Rodrigues de Araújo
Tâmia Queiroz Lira
Liana Alcântara de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150811>

CAPÍTULO 12..... 135

ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS

Tatiana de Medeiros Santos
Fabiana Medeiros Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150812>

CAPÍTULO 13..... 148

ESTRATÉGIAS DE COMPREENSÃO DE LEITURA

Adriana Pinto Martins
Evaneide Dourado Martins
Márvilla Pinto Martins
Jucelaine Zamboni
Morgana Emny Silva Rocha
Brenda Amanda Reinaldo de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150813>

CAPÍTULO 14..... 160

EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Cláudia dos Santos Costa
Elane Maria Beserra Mendes
Emanuela Guimarães Barbosa
Fabiano Ribeiro Magalhães
Regina Maria Aguiar Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150814>

CAPÍTULO 15..... 172

GESTÃO ESCOLAR E OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Evânia Rocha de Oliveira
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
Anaísa Alves de Moura
Maria da Paz Arruda Aragão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150815>

CAPÍTULO 16..... 184

HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: COLÔNIA E IMPÉRIO

Luciana de Moura Ferreira

Eliza Angélica Rodrigues Ponte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150816>

CAPÍTULO 17..... 192

O LUGAR DAS CRIANÇAS NOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS E TOMADAS DE DECISÃO NUMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Dayselane Eduardo Bianchini

Jucilene Pimentel Moreira Brandenburg

Maria Aparecida Rodrigues da Costa Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150817>

CAPÍTULO 18..... 204

O PRINCÍPIO EDUCATIVO E A PRÁTICA DOCENTE

Brenda Barbosa de Sales

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Maria Aparecida Alves da Costa

Francinalda Machado Stascxak

Limária de Araújo Mouta

Fernanda Mendes Cabral Albuquerque Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150818>

CAPÍTULO 19..... 215

O PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS DESAFIOS ATUAIS

Sílvia de Sousa Azevedo

Marcelo Franco e Souza

Maria Aparecida de Paulo Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150819>

CAPÍTULO 20..... 226

PERCEÇÃO DOCENTE SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MANUEL JAIME NEVES OSTERNO

Luciana de Moura Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150820>

CAPÍTULO 21..... 236

PRÁTICAS INTERVENCIONISTAS PSICOEMOCIONAIS COM PAIS DE RECÉM-NASCIDOS INTERNADOS EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA

Tamara Cosme Rodrigues Ferreira

Keila Maria Carvalho Martins

Jorge Luís Pereira Cavalcante

Francisco Leonardo Teixeira de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150821>

CAPÍTULO 22.....	250
QUALIDADE DE VIDA SOB A PERCEPÇÃO DO IDOSO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Loide Cardoso Farias	
Inês Élda Aguiar Bezerra	
Nátilla Azevedo Aguiar Ribeiro	
Martinilisa Rodrigues Araújo	
Héryca Laiz Linhares Balica	
Antonia Abigail do Nascimento Cavalcante	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150822	
CAPÍTULO 23.....	261
RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, PRÁTICAS PARENTAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS ESCOLARES	
Germana Albuquerque Torres	
Ana Isabelle Carlos Barbosa	
Ana Ramyres Andrade Araújo	
Marcio Silva Gondim	
Sílvia de Sousa Azevedo	
Thamyles de Sousa e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150823	
CAPÍTULO 24.....	273
RESSOCIALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM EM CÁRCERE: A PRÁTICA DO FUTEBOL E SUAS REPERCUSSÕES NA AGRESSÃO FÍSICA E AGRESSÃO VERBAL	
Vanessa Mesquita Ramos	
Adílio Moreira de Moraes	
Berla Moreira de Moraes	
Betânea Moreira de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150824	
CAPÍTULO 25.....	284
TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO-TEA: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA A PARTIR DE UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO	
Ilaneide Marques Souto Bezerra	
Ilani Marques Souto Araújo	
Elizabeth Oliveira de Figueiredo Cruz	
Carlos Natanael Chagas Alves	
Francisco Marcelo Alves Braga Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150825	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	295

O LUGAR DAS CRIANÇAS NOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS E TOMADAS DE DECISÃO NUMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Data de aceite: 02/05/2022

Dayselane Eduardo Bianchini

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória – ES, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1585958601879934>

Jucilene Pimentel Moreira Brandenburg

Faculdade Capixaba de Administração e
Educação
Vitória – ES, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9793-8801>
<http://lattes.cnpq.br/9656097764885949>

Maria Aparecida Rodrigues da Costa Santos

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória – ES, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-3640-8812>
<http://lattes.cnpq.br/7479769606718096>

RESUMO: As crianças, enquanto cidadãos de direito, indivíduos únicos e singulares, seres históricos e sociais, produtoras de cultura, precisam ter espaços de participação garantidos no contexto escolar. Pensando nisso, este estudo propõe reafirmar a importância da participação infantil nas tomadas de decisão de uma instituição, promovendo, assim, a gestão democrática. Gestão que reforça a necessidade de ouvir as crianças, atentando para os assuntos que lhes dizem respeito, além de nos desafiar a refletir sobre as formas de participação da criança e sobre todos os assuntos relacionados a ela. Nossa intenção foi perceber como essa participação ocorre no cotidiano de um Centro Municipal de Educação infantil em

Vitória/ES. Para isso, o estudo fundamenta-se nas contribuições teórico-metodológicas da Sociologia da Infância, que concebem as crianças como (co) responsáveis por suas infâncias e as consideram agentes ativos que constroem suas próprias culturas (CORSARO, 1997; SARMENTO, 2007; MÜLLER, 2009; CARVALHO, 2009). Considerando a natureza qualitativa da pesquisa, objetivou-se descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou de um problema, identificando os processos dinâmicos experimentados por diferentes grupos sociais (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Como método, trata-se de um estudo de caso que priorizou a participação da criança através da escuta efetiva de sua voz em contextos da educação infantil. Escutá-la tornou-se um processo singular, construído por cada sujeito envolvido na pesquisa, a partir das vivências que foram sendo edificadas gradativamente, através de rodas de conversa, interações e brincadeiras. Conclui-se que as crianças, como autoras e produtoras de cultura, não se intimidam frente à visão adultocêntrica que se interpõe à sua condição ilimitável em ser inventiva. Pelo contrário, ao se tornarem protagonistas na escola, as crianças exercem sua cidadania, constroem suas próprias culturas e nos permitem entender e/ou se aproximar um pouco do que significa ser criança.

PALAVRAS-CHAVE: Participação; Criança; Educação Infantil; Democracia; Direitos.

THE PLACE OF CHILDREN IN PARTICIPATORY AND DECISION-MAKING PROCESSES IN AN EARLY CHILDHOOD EDUCATION CENTER IN VITÓRIA/ES

ABSTRACT: Children, as citizens of rights, unique and singular individuals, historical and social beings, producers of culture, need to have their spaces of participation guaranteed in the educational context. With this in mind, this study proposed to reaffirm the importance of children's participation in the school decision-making process, thus promoting democratic management, which requires listening to children about issues that concern them. Such understanding challenges us to reflect on the forms of child participation and on all matters related to the children's universe. Our intention was to understand how the participation of children occurs in the day-to-day of a public early childhood education center in Vitória/ES. The research is based on the theoretical-methodological contributions of the Sociology of Childhood, which conceive children as (co)responsible for their childhood and consider them agents of change who build their own culture (CORSARO, 1997; SARMENTO, 2007; MÜLLER 2009; CARVALHO, 2009). In this sense, this study is characterized as a qualitative research, as it aims to describe the complexity of a given hypothesis or problem, identifying the dynamic processes experienced by different social groups (BOGDAN and BIKLEN, 1994). As a method, it is a case study that prioritized the child's participation through the effective listening of his/her voice in early childhood education contexts. Listening to children became a unique process, experienced by each subject involved in the research, gradually built from experiences, conversation circles, interactions and games. We conclude that children, as authors and producers of culture, are not intimidated by the adult-centric vision that may interfere their unrestricted inventive condition. On the contrary, when they become protagonists at school, they exercise their citizenship, build their own cultures and allow us to understand or, at least, get a little closer to what it means to be a child.

KEYWORDS: Participation; Kid; Child education; Democracy; rights.

INTRODUÇÃO

As crianças ao ingressarem na Educação Infantil trazem consigo formas de se expressar, tradições, costumes, histórias, modos de conviver, que vão se diferenciar mediante a realidade e ao contexto sócio cultural de cada uma. Portanto, a experiência que elas viverão não será apenas, um conjunto de experiências e de descobertas, mas de "recriação", tendo em vista que ela, desde a sua mais tenra idade já percebe, compreende e age sobre os elementos presentes na cultura. Assim a criança cria e recria a partir de significados que fazem parte da linguagem e patrimônio cultural de seu grupo.

Diante desses aspectos relativos às práticas culturais no qual reafirmamos ser a criança produtora de cultura por excelência, é relevante mencionar que inserida nesse tempo e espaço é capaz de incentivar ações e decisões importantes no contexto das ações coletivas no interior do espaço escolar. Mas será que as práticas que se configuram nas Unidades de Educação Infantil têm contribuído para que as crianças se afirmem como sujeitos participativos, ou seja, os adultos se interessam ou dão oportunidades de ouvir os problemas e as questões que elas formulam?

Ao falarmos acerca da participação das crianças no contexto da Educação Infantil, estamos reafirmando uma defesa pelo direito desse público, desde a mais tenra idade, nas instituições educacionais. Legitimar esse direito é garantir condições igualitárias nas relações sociais de poder entre adultos e crianças impostas por uma cultura adultocêntrica, em que opiniões, desejos, expressões e percepções da infância são quase sempre suprimidas nos princípios que regem a democracia participativa.

Essa discussão nos provoca a pensar sobre as relações de poder determinadas pelo adulto que se efetivam dentro das unidades de educação infantil: como se constitui, por exemplo, a relação das crianças e dos adultos no poder de fala e decisões delas? Há hierarquização no poder de fala das crianças e dos adultos? Como circulam os diferentes saberes com os sujeitos desse espaço? De que modo as enunciações das crianças são visibilizadas nas produções docentes? Ainda há uma reprodução do discurso e concepções do adulto que invisibiliza a infância?

Essa visão de criança como ser do futuro, do devir, do *infans* (não tem voz), produziu historicamente uma visão de negação da criança, estancada no não ser. Isso constituiu um grande desafio à contemporaneidade no processo de concebê-las a partir do que elas realmente são, do que elas desejam, das suas vozes, da sua participação nas decisões e, sobretudo, dos seus direitos.

Indagamo-nos, então, se esse processo de participação está sendo de fato uma ação dotada de sentidos para a criança, tendo implicações direta na garantia dos seus direitos.

No desenvolvimento da pesquisa utilizamos as contribuições teórico-metodológicas da Sociologia da Infância, que concebem as crianças como (co) responsáveis por suas infâncias e as consideram agentes ativos que constroem suas próprias culturas (CORSARO, 1997; SARMENTO, 2007; MÜLLER 2009; CARVALHO, 2009). Autores como (SANTOS, 2004; LARROSA, 2004; ARAÚJO, 1996; e KRAMER, 1998), também compõem o arcabouço teórico deste trabalho.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa em andamento tem sido investigar numa instituição de Educação Infantil do município de Vitória/ES, como se instituem os modos de participação das crianças com os diferentes profissionais do ambiente escolar, sobretudo, com os docentes nos diversos momentos de tomadas de decisões acerca dos assuntos que lhes dizem respeito no cotidiano desses diferentes espaços.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa identificando para esse estudo a pesquisa do tipo etnográfica, como método, trata-se de um estudo de caso que prioriza a participação das crianças em captar suas narrativas, elementos que pudessem revelar suas representações nos diferentes tempos/espacos da instituição. Assim, nos

processos decisórios que envolvem a participação das crianças e mediação dos professores e demais profissionais, aponta-se para esse estudo uma unidade de Educação infantil da rede Municipal de Vitória, com crianças de 03 à 06 anos de idade, compreendendo que esse tipo de pesquisa nos oportuniza um contato direto com o cotidiano escolar, desvelando as múltiplas dimensões desse contexto que é tão dinâmico e vivo. Nesse sentido a estratégia desta pesquisa se constitui no estranhamento como forma de abordar aquilo que parece familiar (ANDRÉ 2007).

Sendo assim, este estudo pretende se aproximar do universo infantil, colocando uma lente de aumento na dinâmica das relações cotidianas das crianças nos tempos e espaços da unidade de ensino, compreendendo a pluralidade que se insere nesse campo de pesquisa. Desta forma, utilizamos enquanto instrumento de coleta de dados a observação participante, registros dos diálogos, fotos, filmagens e *podcast*.

Contudo é possível trilhar um caminho indicado por pistas que nos apontam novas perspectivas de análise e hipóteses, para a mediação a partir das experiências, que nos instigaram a desnaturalizar o olhar nessa travessia marcada pelos sujeitos, situações, lugares, contextos, onde as relações são constituídas, muitas vezes negadas, reconstruídas ou modificadas em um território que não tem a pretensão de comprovar verdades, mas apontar a multiplicidade de significados, que são tecidos no percurso da pesquisa (ANDRÉ, 2007).

A pesquisa etnográfica pode ser definida como tipo de pesquisa sobre e nas instituições, tendo como base à observação participante e/ou registros permanentes da vida diária dos sujeitos focos da pesquisa, sendo esta captada nos locais e contextos em que se desenvolve. Dessa forma, o "estar no campo" acaba sendo uma das condutas centrais do pesquisador (ANDRÉ 1995, p. 28-29)

Sendo assim, concordamos com (SANTOS, 2004), quando afirma que todo conhecimento é autoconhecimento, a pesquisa torna-se um momento para indagar os nossos saberes, aprofundando nosso autoconhecimento, a fim de buscar outras formas de conhecimento, um conhecimento que supere as dualidades que não separe adulto e criança, mas que nos una na oportunidade de traduzir-se num saber prático.

REFERENCIAL TEÓRICO

Evidências da atualidade do contexto escolar revelam indicativos de ausência de mobilização das crianças para espaços de participação referentes aos processos decisórios e à organização escolar. O afastamento que a sociedade em geral apresenta em relação às discussões do que é público parece se refletir no interior das unidades de ensino, pois o que se percebe é que nesse contexto a aprendizagem do fazer democrático e participativo não vem sendo valorizada e incentivada nas escolas.

Compreendendo o uso e o desuso dos tempos-espaços e as interações das

crianças entre as múltiplas tramas nesse universo e como elas se expressam através de representações resididas em suas falas, expressões, movimentos e atitudes vivenciadas nesse emaranhado de saberes e fazeres, é indispensável resgatar as vozes e ações participativas das crianças, ressaltando a relevância de percebê-las a partir delas mesmas, o que nos retrata (SARMENTO 2000), apontando a necessidade de um olhar:

“na interpretação dos mundos sociais e culturais da infância, [...], na concepção da mudança das instituições para as crianças, tomando como ponto de ancoragem as culturas da infância, permitir-nos-á rever o nosso próprio mundo, globalmente considerado.” (SARMENTO, 2000, p.16).

Os tempos-espaços de participação da criança na Educação Infantil revelam as práticas nesse cotidiano e as concepções de infância que perpassam esse contexto e nos permite interrogar o campo de possibilidades presentes, na tentativa de superar a visão de uma escola pensada numa única lógica em que é necessário investir na autonomia infantil como ponto de sustentação para efetivar sua participação nos processos de interação entre elas e com os adultos.

O desafio que se coloca quanto à participação das crianças é envolvê-las verdadeiramente nos modos de apropriação e inserção nos processos permanentes e decisórios com seus pares e adultos da instituição. Identificando nesses processos a implicação direta com a constituição dos sujeitos, LOPES (2002), considera que a relação entre os espaços e tempos aponta para um cenário de possibilidades e aprendizagens que demarcam um território plural e múltiplo de inovações e descobertas que envolvem processos de produção de culturas. Desta forma, para cada grupo social no cotidiano da Educação Infantil, o cerceamento para o uso ou não dos espaços, definindo o lugar de cada um, onde e como ocupar esse determinado “lugar” demarca uma relação hierárquica e de poder retratada no contexto escolar.

Corroborando desse modo, Agostinho (2015, p. 69) reafirma que “[...] a participação não é dada, ao contrário, é um processo que envolve interação, expressão de ideias, pensamentos, escolhas, negociações, enfim, é praticada na relação social”.

A própria utilização do tempo exemplifica bem esses mecanismos adquirindo muitas faces: tempo de “aproveitar”, tempo “livre”, tempo de se preparar para “outros tempos”. Nesse sentido percebe-se que os tempos e espaços das instituições infantis se configuram nessa trama em que as crianças não se constituem como meras espectadoras, considerando que de alguma forma buscam através de suas representações e interações, criar estratégias que nos falam dos significados e sentidos desses espaços e tempos para elas.

Observamos que diante destes aspectos há possibilidades de transformação nesse cotidiano, articulando as práticas e os saberes constituídos para que a participação infantil se torne uma realidade social na dinâmica das interações com seus pares, como nos aponta (SANTOS, 2007), para o trabalho de tradução que consiste em traduzir aquilo que é mais

significativo, buscar uma inteligibilidade nas relações sem destruir a diversidade, criando uma nova concepção de dignidade humana e consciência humana e, contudo de criança.

Historicamente no final do séc. XX, configura-se que a administração simbólica da infância com mecanismos reguladores que condicionam a vida da criança na sociedade, observa-se que a escola se reafirma como espaço instituído das normas e regras em seus tempos e espaços que em muitos momentos desqualificam a criança. Esse movimento ressalta a necessidade de ouvir as crianças, o que pensam; o que sentem e o que dizem na busca de conhecer e desvendar as culturas infantis.

O confinamento da infância a um espaço social condicionado e controlado pelos adultos, produziu como consequência, o entendimento generalizado de que as crianças estão “naturalmente” privadas do exercício de direitos políticos”. (SARMENTO, 2000, p. 37).

Nesse contexto o autor ressalta como é negada a participação ativa da criança nos diferentes tempos e espaços sendo elas o único grupo social verdadeiramente excluído de direitos políticos expressos.

Sobre essa análise cabe nos atentar as culturas infantis, na busca de desvendar as marcas da infância como elucida SANTOS, (2007) quando sinaliza o trabalho a partir da sociologia das ausências que visa descortinar aquilo que foi invisibilizado pautando-se numa racionalidade envolvente visualizando um projeto de educação emancipatória.

Destaca-se na Educação Infantil um campo instigador para a compreensão das representações e apresentações simbolizadas pela criança, bem como as culturas que se apropriam e produzem em seus diversos contextos e que fala do modo singular de ser criança e viver a infância.

Autores da sociologia da infância contribuem com essa temática em estudo, apontando importantes reflexões que nos provocam a pensar sobre a pluralidade desses conceitos, considerando que “*são espaços-tempos diversamente vividos, percebidos pelos diferentes sujeitos, trazendo apontamentos que a escola contribui para essas construções plurais desses tempos-espaços.*” LOPES, (2002 p.120).

Sarmento, (2000) toma como foco de estudo a compreensão das culturas infantis sobre um olhar sociológico e que este estudo interessa-se em debruçar como ponto de partida, compreendendo:

“[...] as formas populares de educação e as relações intergeracionais em meio popular, as culturas infantis, os sentidos da participação das crianças, os nefastos efeitos geracionais do sistema dual educativo brasileiro (público para os pobres, privado para as classes médias e altas), tudo isto são pontos que configuram um programa investigativo da sociologia da infância efetivamente empenhado na escolarização das crianças, mas consciente de que esse programa só é emancipador se estiver veiculado à ampliação dos direitos sociais e, nomeadamente, dos direitos das crianças”. (p. 21)

Neste contexto Larrosa (2004), contribui para a construção de um olhar sensível

sobre a alteridade da infância e nos convida a questionar a ideia de uma educação fabricada que reduz a infância naquilo que a determinamos, ressaltando o enigma da infância que se constitui no entendimento de que:

[...] alteridade da infância talvez permita a emergência de outra forma de pensamento na educação e, talvez, de outro tipo de prática educativa. Enquanto relação com a alteridade daquele que nasce, a educação não é apenas resultado da segurança de nosso saber e da arrogância de nosso poder, mas ela implica também, nossa incerteza, nossa inquietude e nosso autoquestionamento (p.16).

Focar a relação dos processos de interação com as crianças requer um olhar atento no cotidiano e nas representações infantis fazendo-se necessário uma escuta para o que pensam, sentem e dizem, utilizando-se de referências que possibilitem não mais um mero observar de fora para dentro do universo infantil, mas, sobretudo, legitimar os discursos e as práticas das crianças nos diversos tempos-espacos na Educação Infantil.

A pesquisa fundamenta-se nos estudos referentes à sociologia da infância, incluindo a criança como categoria social, interrogando o nosso olhar para o lugar que a infância ocupa. Assim, Sarmiento (2000), reconhece que esse olhar:

Permite enunciar novos sentidos para a ação educativa, especialmente num contexto de expansão e crise da educação, como é caracteristicamente o processo contemporâneo. A análise do que as crianças realmente fazem na escola – e que, obviamente, não se limita a estar na aula e aprender. (p.21).

Destacamos a importância de se considerar o modo de participação de cada criança, sobretudo, no que se refere à expressão das suas ideias, que são necessárias para as propostas que deverão ser planejadas no decorrer do ano com elas e para elas. Desse modo, Agostinho (2015, p. 69) reafirma que “[...] É fundamental que as pré-escolas e creches, assim como os sistemas que as apoiam, pensem, reflitam, o que a democracia pode significar nos contextos de educação infantil.”

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A participação infantil nas ações da escola e nas decisões sobre diferentes momentos ocorridos nesse contexto, geralmente, ocupa um lugar de decisão na lógica predominante do adulto. Nesse cotidiano, tudo é planejado em prol de decisões que se referem às crianças, entretanto, elas raramente são envolvidas ou consideradas naquilo que pensam ou expressam a respeito.

A unidade de ensino onde a pesquisa está sendo desenvolvida tem a prática de realizar anualmente, uma avaliação institucional em que são organizadas estratégias lúdicas para dialogar com as crianças sobre o cotidiano escolar e os espaços físicos. Entretanto, ao analisarmos a ação desenvolvida, evidencia-se que a participação das crianças nesse formato de avaliação é determinante para conduzi-las naquilo que a escola almeja saber,

sobre o que elas gostam ou não gostam nesse espaço. Percebemos momentos de debate e diálogos em torno de perguntas e respostas, cuja dinâmica as crianças se apropriam, e em muitas situações respondem aquilo que o adulto quer ouvir.

Ressaltamos que há um modo de organização institucionalizada em que as crianças participam todas da mesma forma. Em um desses momentos a equipe gestora (diretora e pedagogas) da unidade, conduz a avaliação e explica a dinâmica para as crianças: *“Vocês vão observar essas fotos e vamos conversar sobre o que vocês gostam de fazer na escola”*, as crianças numa euforia observam as fotos e comentam umas para as outras. Nesse momento uma grita: *“Olha tia, aquele dia que nós fomos no passeio da pedra da cebola”*, a criança é interrompida pelo adulto que fala: *“Mas agora vamos conversar sobre a nossa escola”*.



Figura 1 – Momento de Avaliação Institucional com as crianças

Fonte: acervo das autoras.

Diante da condução da escola com esse formato de participação é possível compreender de acordo com Agostinho (2015, p. 77) que a *“Participação em ações coletivas, pensadas, escolhidas, debatidas, negociadas exige tempo para que os pensamentos diferentes possam dialogar e deixar-se afetar pelo o outro [...]”*.

Essa mesma avaliação institucional ocorre com os adultos, tendo instrumentos previamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação, com data prevista em calendário para acontecer uma vez ao ano. Segundo a equipe gestora da unidade, ainda não houve por parte do município de Vitória, nenhuma preocupação em orientar a educação infantil em relação à participação das crianças. As informações apontam que algumas escolas, preocupadas em ouvir as crianças, têm desenvolvido ações considerando a necessidade de inseri-las nesse processo, semelhante à instituição onde a pesquisa está sendo desenvolvida. É relevante mencionar que estratégias dessa natureza precisam ser cuidadas para que não reproduzam um modelo já estabelecido pela ordem adultocêntrica, ou seja, *“[...] uma atmosfera de regra regulamentada, com poucos subsídios para a diferença e diversidade”* (AGOSTINHO, p. 72, 2015).

Percebemos no desenvolvimento da pesquisa outros modos de participação das crianças que vão timidamente se revelando para além dos momentos de avaliação

institucional que a escola promove. Nas experiências desenvolvidas pela unidade de ensino, outras tentativas vão surgindo nas ações que efetivam o protagonismo das crianças. Entretanto, ainda, ocorrem de forma muito isoladamente. A avaliação institucional é uma prática recorrente, sendo coordenada pela equipe gestora, na tentativa de problematizar práticas, cujos princípios evidenciam a participação infantil.

No cotidiano da escola é possível perceber que as crianças, como produtoras de sentido, apresentam formas legítimas de comunicação e elas as utilizam para se expressar. Ao fazê-lo, contribuem na renovação dos contextos que participam, sobretudo, quando os adultos se interessam em ouvir suas vozes e em inseri-las nos processos que lhes dizem respeito.

Portanto, sua condição expressiva de participação se dará na inter-relação. Elas são capazes de responder e revelar seus diferentes modos de pensar e de agir dialogando com seus pares sobre suas vivências, inquietudes, desejos e necessidades. É importante reconhecer e considerar as diferentes formas de participação das crianças nas práticas cotidianas, em situações que lhes são significativas e as envolvem. Para Bakhtin (2003), as ações humanas são sempre criativas e somente numa situação muito opressora é que o ser humano se torna reprodutivo. Dessa forma, se as crianças não são incentivadas a participar e somente recebem prontas as propostas organizadas de modo unilateral pelo adulto, certamente irão reproduzir uma ideia equivocada do que é participação.



Figura 2 – Momentos de participação com as crianças

Fonte: acervo das autoras.

A foto acima exemplifica uma estratégia utilizada pelas professoras para as crianças expressarem-se após ouvir a história do autor Marcelo Xavier, “Se criança governasse o mundo”. Elas conduziram o diálogo perguntando: “E se as crianças governassem o

nosso CMEI?” “Como seria?” “Essa proposta deixou as crianças livres para pensarem e expressarem o pensamento, os diálogos foram bem interessantes: “*Eu queria uma piscina cheia de bolinhas no pátio da nossa escola*” outra criança menciona sobre o trecho da história que fala da tempestade de sorvete: “*Eu queria na hora do lanche uma chuva de brigadeiros*” *Porque não tem brigadeiros aqui?* As falas surgiram de modo mais expressivo sobre o pátio, espaço preferido em que elas manifestam o que gostam de fazer, de brincar e de serem livres. “*Tinha que ter no nosso pátio um tobogã gigante e escalada na parede*”.

Coadunam-se a estes aspectos a necessidade de uma concepção de trabalho que proporcione uma escuta e um olhar atento de todos os profissionais que atuam com crianças dessa faixa etária, principalmente o professor, cujo papel é fundamental, nesse cenário, para contextualizar e valorizar aquilo que é expresso pelas crianças cotidianamente.

Nesse sentido, a partir do contexto da pesquisa reafirmamos que é preciso fortalecer as ações do Projeto Político Pedagógico da Instituição, com vistas a promover experiências de aprendizagens que ampliem as diferentes formas de expressão das crianças, dando condições favoráveis a elas do direito à manifestação de suas falas, de modo a considerá-las como protagonistas desse contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre o processo de participação das crianças nos remete a problematizar acerca desse cotidiano. As opiniões das crianças são consideradas nos momentos de produção curricular das práticas desenvolvidas pela escola? Em que medida elas são ou não inseridas a participar permanentemente de momentos como: elaboração de projetos, conselhos de classe, organização de eventos (como a semana das crianças), oficinas e momentos com as famílias na escola, avaliação permanente dos trabalhos e projetos desenvolvidos, eleições para diretores, avaliação institucional com todas as crianças, dentre outros acontecimentos que são também muito importantes e que as envolvem no decorrer de todo o processo no ano letivo.

Evidencia-se que as relações dialógicas precisam ser instituídas, nessa etapa de ensino entre os diferentes sujeitos, o que deverá ser produzido nas relações de igualdade nos discursos estabelecidos sobre e no cotidiano, no que será dialogado e decidido durante todo o percurso dos processos de participação. Além disso, inúmeras vozes que não somente a do adulto atravessam as ações e decisões que afetam esses sujeitos no contexto em que estão inseridos, pois será por meio da apropriação do discurso alheio que a criança construirá sua percepção, ampliando seu protagonismo para outros importantes espaços.

Considerar tais aspectos como relevantes para a discussão é reafirmar conceitos essenciais para legitimar a gestão democrática no interior das escolas, quando, em seus princípios, reafirmam características fundamentais que revelam a importância da

participação dos diferentes sujeitos da comunidade escolar nas tomadas de decisão da instituição – o que reforça a necessidade de ouvir e envolver as crianças acerca dos assuntos que lhes dizem respeito.

A participação democrática precisa ser um direito processual indispensável para promoção efetiva do protagonismo das crianças, que, nas relações estabelecidas com seus pares, tenham a capacidade de negociar enquanto sujeitos, advogando pelos seus próprios direitos.

É preciso considerar a participação das crianças como processo permanente, pois, escutá-las pressupõe conhecer suas culturas, seus contextos de vida, compreendendo sua individualidade a partir das vivências que vão sendo construídas gradativamente com a participação efetiva das crianças nas situações que as envolvem. O poder de exercer sua cidadania através das escolhas e narrativas sobre suas próprias formas de pensar e agir nos espaços escolares em suas várias dimensões, permitirá à elas a participação efetiva como garantia de direito.

Concluimos com a pesquisa em andamento que a unidade de ensino que acompanhamos no estudo de caso, apresenta preocupação e interesse em criar mecanismos que possam favorecer a participação efetiva das crianças em todos os momentos, buscando fomentar com os professores e demais profissionais a importância de ouvir, garantir e valorizar os processos de participação permanente dos pequenos.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Kátia, A. **A participação das crianças nas práticas pedagógicas na educação infantil.** In: MARTINS FILHO, Altino José (Org.). Criança pede respeito: ação educativa na creche e pré-escola. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 61-79.

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmasio Afonso de. **Etnografia da prática escolar.** 13º Ed. Campinas, SP. 2007.

ARAÚJO, Vânia Carvalho. **Criança: do reino da necessidade ao reino da liberdade.** Edufes: Vitória, 1996.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal.** Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins fontes, 2003.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação.** Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto: Porto Ed., 1994.

CORSARO, William Arnold. **The Sociology of Childhood.** California: Pine Forge Press, 1997.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. **Sociologia da infância: pesquisa com crianças.** Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, maio/ago. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a02v2691> acesso em 28 de agosto de 2021.

KRAMER, Sônia, Maria Isabel Ferraz Pereira Leite (org.): **Infância e produção cultural**. Campinas, SP., Papirus, 1998.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4ª Ed. Belo Horizonte – Autêntica, 2004.

MÜLLER; Fernanda; CARVALHO, Ana M. **Teoria e Prática na Pesquisa com Criança: diálogos com Willian Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009.

PINTO. Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho. Portugal, 1997.

QUINTEIRO, Jucirema; CARVALHO, Diana Carvalho de. **Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos da criança na escola**. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília: CAPES, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Culturas infantis e interculturalidade. *In*: DORNELLES, Leni Vieira (org.). **Produzindo pedagogias interculturais na infância**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 19-40.

_____. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. Porto: ASA. 2000.
Disponível em <http://peadrecuperacao.pbworks.com/w/file/104617678/Texto%20Aula%2011%20-%20Sarmiento.pdf> acesso em 28 de julho de 2021.

LOPES, Guaciara Louro: **A escola e a pluralidade dos tempos e espaços**. *In*: VORRABER, Marisa Costa. (Org.) *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo* *In*: 3ª. Ed- São Paulo: Cortez, 2002.

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

professores

ensino

contexto

educacional

ensino

educação

impacto

aprender

prática

sentimentos

aprender

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2022

Volume II

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

ensino

professores

educação

impacto

contexto

ensino

reflexão

prática

sentimentos

aprender

alunos

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

educacional

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022

Volume II